

**Participação da TGS na Audiência Pública de
10/11/2001**

Tema:

**“Um novo “pré-sal” no arco norte do território
brasileiro”.**

Apresentado por:

João Carlos Corrêa

Diretor da TGS no Brasil

Brasília, 10 de novembro de 2021

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Excelentíssimos senhores Deputados é uma grande honra para mim estar nessa casa hoje e poder contribuir para esta discussão. Assim como é uma honra para empresa que represento, a TGS do Brasil, que investiu mais de um bilhão de dólares na aquisição de dados sísmicos, que contribuíram para o conhecimento geológico de praticamente todas as bacias da margem continental brasileira, inclusive nas porções além da zona econômica exclusiva, pleiteadas pelo Brasil à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas.

Estes dados possibilitaram a ANP oferecer, durante as suas rodadas de licitação, blocos com maior valor agregado e que atraíram ainda mais investimentos para o país. Recentemente, um novo levantamento de dados, realizado pela TGS, na Bacia do Pará-Maranhão, foi utilizado num estudo conduzido pelo renomado geólogo Pedro Zalan, que em coautoria com os professores Allan Kardec da (UFMA) e Ronaldo Carmona (ESG), publicaram um documento intitulado “Nota Técnica Sobre a Margem Equatorial Brasileira” que compara o potencial volume de hidrocarbonetos, identificado no mapeamento geológico destes dados, àquelas do Pré-sal da Bacia de Santos. Mas é importante que se diga que não há qualquer relação com as condições geológicas da Bacia de Santos já que a Bacia do Pará-Maranhão, definitivamente, não possui uma camada de sal! Mas sim, a Bacia do Pará-Maranhão pode ser comparada geologicamente com a Bacia da Guiana-Suriname, que hoje acumula uma sequência de grandes descobertas de classe mundial, e que certamente irão mudar muito positivamente as economias destes dois países e a condição social de suas populações.

Geologia não é uma ciência exata, porque a Natureza não é exata. As condições naturais podem mudar abruptamente de um local para outro, ou podem gradar para situações menos ou mais favoráveis, ou até mesmo se manter por grandes distâncias, e é somente a perfuração de um poço, em uma situação identificada como a mais ideal por um grande grupo de técnicos, de diversas áreas de conhecimento é que poderá confirmar de que forma a Natureza agiu. Nossas

expectativas são de que as condições em nossas bacias sejam ainda mais favoráveis por termos um pacote de sedimentos mais espesso e, portanto, mais rocha geradora e reservatórios.

As condições são tão positivas nessa porção da Margem Equatorial brasileira que em 2013, durante a 11ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios, foram arrematados blocos nas Bacias de Foz do Amazonas e Pará-Maranhão, com altíssimos bônus de assinaturas e ambiciosos compromissos exploratórios. Entretanto até a data de hoje, oito anos se passaram e estes potenciais ainda não foram testados! Novos blocos, que seriam ofertados na 17ª Rodada, na bacia de Pará-Maranhão, foram ofertados e posteriormente removidos.

Senhoras deputadas e senhores deputados, tenho 35 anos de experiência profissional, e durante este período estive em várias posições: fui funcionário da Petrobras por 15 anos, de lá saí quando estávamos montando o Banco de Dados do BDEP/ANP, fiz isto para poder seguir contribuindo com a sua construção. Acompanhei a evolução da nossa indústria durante e após a flexibilização do monopólio. Neste período participei nos mais diversos fóruns para discutir este tema e lhes digo com toda a convicção que é muito fácil, mas também muito injusto apontar o IBAMA e, em especial, o licenciamento ambiental como o único responsável por esta realidade.

No intuito de me preparar para esta audiência, recorri a documentos históricos para resgatar datas com precisão e foi quando me deparei com dois documentos que para mim resumem e esgotam o assunto.

O primeiro foi uma entrevista dada à revista Petróleo Hoje, em 2001, pela Senhora Telma Malheiros, primeira gestora do Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear (ELPN), estrutura criada para atender às necessidades advindas da flexibilização do monopólio, que agora exigiria o

licenciamento ambiental de múltiplos empreendimentos e empreendedores, inclusive da própria Petrobras.

O título desta entrevista é “O custo do pioneirismo”, nela a Senhora Telma narra a situação absurda que ocorreu já na criação deste órgão tão importante:

“Não houve dimensionamento correto da demanda, nem foi dado o tratamento devido ao órgão, que iniciou seus trabalhos em janeiro de 1999 sem computadores e com apenas quatro pessoas”.

E passa a narrar os mesmos problemas apontados com mais robustez e detalhe neste segundo documento, que gostaria de trazer para a apreciação de todos:

Na ATA Nº 25, DE 2 DE JULHO DE 2003 da Seção Ordinária do Plenário do Tribunal de Contas da União, é apresentado Relatório de Auditoria conjunta ANP/IBAMA **TC- 015.174/2002-2**, que teve como objetivo examinar o relacionamento entre os órgãos responsáveis pela indústria do petróleo e do meio ambiente.

O TCU já na primeira auditoria feita na ANP no período entre 1999 e 2000, **TC-000.858/2000-4**, já apontava que eram escassos os mecanismos de cooperação da Agência com os órgãos ambientais.

Em uma segunda auditoria, realizada entre 2000 e 2001, **TC-002.379/2001-4**, o problema persistiu, e por isto foi realizada esta auditoria conjunta, cujo relatório foi apresentado nesta seção de 2003 com a premissa de que:

Para zelar adequadamente pela questão ambiental, o órgão regulador do setor petrolífero nacional e os órgãos ambientais devem estar bem articulados e serem capazes de realizar ações integradas. O relatório aponta para falhas da ANP, mas dá também a indicação que estas falhas ocorrem por fatores exógenos tanto à ANP, quanto ao IBAMA.

Vou destacar e organizar as grandes causas apontadas na auditoria:

1. Carência de pessoal no Ibama para analisar a concessão dos licenciamentos

Durante o desenvolvimento da auditoria, a equipe constatou que o IBAMA vem enfrentando grandes dificuldades para cumprir esse dever legal, entre os quais convém citar:

>> carência de pessoal

- Somente em 2002 foi realizado o primeiro concurso para contratação de servidores e, em 2013, portanto há quase 10 anos, o último concurso;
- O avanço foi lento para a composição de pessoal, chegando ao um máximo de 90 analistas em 2013 decaindo gradativamente após esta data;
- Hoje, ao final de 2021, são apenas 60 analistas, sendo que normalmente 10% do efetivo está afastado por alguma razão.

>> baixa qualidade dos documentos técnicos apresentados pelos postulantes a licenças

- Graças ao período em que os quadros do IBAMA assim o permitiram, foram criados grupos de trabalho interno que implementaram instruções mais claras e menos subjetivas, através de Guias e de Notas Técnicas.

>> A crítica condição de inexistência de bases de informações ambientais amplas e confiáveis no âmbito da Administração Pública Federal.

O documento justifica ainda o fato da má qualidade dos estudos:

O problema se deve ao descompasso “entre as exigências dos órgãos ambientais e o (pouco) conhecimento que se tem das características ambientais da costa brasileira, principalmente no que diz respeito à região offshore. Tal desconhecimento é agravado pela falta de dados

consolidados baseados tanto em publicações especializadas quanto nos dados provenientes dos diagnósticos e monitoramentos ambientais, exigidos no próprio licenciamento das atividades”.

2. Quanto a falta de recursos

“Talvez a solução do problema da falta de estrutura do IBAMA para atuar adequadamente na indústria do petróleo passe pela adequada utilização dos recursos vinculados a fins específicos.

De acordo com o **art. 50, II, § 2º da Lei nº 9.478/1997**, conhecida como a Lei do Petróleo, 10% dos recursos arrecadados a título de participação especial serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a fim de serem aplicados no desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e a recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo.”

De acordo com informações levantadas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), até 31/7/2002, foram repassados pela ANP ao MMA a importância de R\$ 157,8 milhões, dos quais apenas R\$ 11,2 milhões foram efetivamente liberados pela STN como recursos financeiros para o MMA. Como consequência, muitas atividades que poderiam ser desenvolvidas para subsidiar o trabalho da ANP estão deixando de ser realizadas. Por exemplo:

- a elaboração de estudos ambientais aplicáveis à indústria do petróleo;
- a consolidação e geração de dados ambientais;
- a recuperação de ecossistemas eventualmente afetadas pela exploração, produção e transporte de hidrocarbonetos
- mapeamento de áreas ambientais.

Posteriormente, a **Lei do Petróleo** foi alterada pela **Lei Nº 12.114/2009**, que inclusive cria o Fundo Nacional pelas Mudanças do Clima **FNMC**, e estabelece novos direcionamentos para estes recursos em função do fundo criado.

3. Quanto aos processos

>> Necessidade de um adequado mapeamento ambiental:

- Indicar restrições ao desenvolvimento da atividade econômica
- Informar antecipadamente aos agentes o nível de dificuldades técnico-operacionais, os custos e o tempo necessários ao processo de licenciamento ambiental de cada empreendimento.

>> Otimização de Processos:

No mar, as atividades de E&P ocorrem em ecossistemas semelhantes, com a repetição dos riscos ambientais, e que, se houver viabilidade legal, alguma forma de **licenciamento por grupo de blocos ou por região de bacia poderia tornar mais eficiente o licenciamento ambiental**, sem prejuízo da qualidade e do rigor. Tal modelo traria uma visão mais abrangente do conjunto de empreendimentos e de seus respectivos impactos, em contraposição à atual sistemática com fragmentação das análises e do monitoramento dos impactos ambientais.

*“Deve-se reconhecer, contudo, que a não utilização de informações ambientais pela ANP está associada, em certa medida, a fatores exógenos à Agência, **tais como a indisponibilidade de bases de dados ambientais suficientemente consolidadas ou prontas para utilização.**”*

Aqui esta observação poderia ser estendida a todos que lidam com meio ambiente no Brasil, o IBAMA, a Indústria e mesmo a Academia, todos têm a mesma dificuldade, em prejuízo da própria proteção ambiental, pois **não há como preservar aquilo que não se conhece.**

Resumindo:

>> Avanços

- Grupos de Trabalho multidisciplinares apoiando a decisão, culminando com o GTPEG em 2013
- Produção de Mapas de Sensibilidade, Guias de Licenciamento e Tabelas Síntese disponíveis antes das Rodadas
- Recomposição de Analistas ocorrida em torno de 2013 quando houve avanços no licenciamento, NT, guias e outros instrumentos que atuaram no sentido de reduzir a subjetividade e as incertezas dos processos.
- Criação de uma base de dados ambientais pela Indústria e hospedada na ANP/BDEP

>> Retrocessos

- Extinção dos Grupos de Trabalho em 2019
- Redução do corpo de analistas da CGMAC
- As Avaliações Ambientais de Área Sedimentar não são vinculantes, não geram dados primários, não deixam um legado, além de representarem um excessivo consumo de recursos e de prazo.
- Plataforma SisG-LAF em substituição ao SEI, hoje trouxe mais problemas que soluções. Deveria ser mais testada antes de ser colocada em uso operacional.

>> Estagnação

- Responsabilização Civil e Criminal do Analista Ambiental;
- Processos que poderiam ser melhorados com a Base de Dado já existente e outras iniciativas em construção;
- Falta de financiamento para projetos de pesquisa para caracterização dos habitats marinhos
- Contingenciamento de recursos previstos para o IBAMA oriundos da lei do petróleo

Então pode-se concluir que as causas do problema do licenciamento ambiental remontam à época da flexibilização do monopólio estatal do petróleo, quando foi criada uma agência robusta, formada inicialmente por um grande time de profissionais com larga experiência em todos os processos da cadeia de E&P e de *downstream*, recursos abundantes, vários concursos para composição de um quadro de servidores para os quais tinha à sua disposição treinamentos de excelência e sólido plano de carreira, o que resultou em uma instituição de altíssimo nível, reconhecida internacionalmente, mas por outro lado, ao mesmo tempo, uma outra coluna que sustenta o modelo adotado, consagrado na lei, nasce capenga, sem recursos, onde o desempenho alcançado é fruto do esforço e abnegação individual de cada analista, que se sente desvalorizado por trabalhar em uma instituição também desvalorizada!

Cito aqui problemas que temos assistido ao longo destes vinte anos, como o subdimensionamento das equipes técnicas, a falta de recursos tecnológicos e físicos! quantas vezes os trabalhos do escritório no Rio foram interrompidos por problemas nos ar-condicionado! Em todas as renovações de contrato com os terceirizados, que fazem a máquina girar, é um drama.

Durante todos estes anos, minha participação nos diversos fóruns que analisam o “problema do licenciamento ambiental do petróleo” aponta para os mesmos problemas e soluções que o relatório do TCU! E em todos eles é dito que problema existe, e o reconhecemos, mas aqui não é o fórum para discutir isto, então vamos buscar soluções que não estas... mas estas soluções alternativas não existem, são apenas paliativas! Não é sem razão que por duas décadas andamos em círculos!

Então, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Deputados, espero que esta casa que representa o povo brasileiro e que, em nome dele, tem o poder de corrigir as distorções, conduza as ações necessárias, porque não há na nossa indústria quem não concorde que estamos vivendo a transição para energias renováveis. Todas as empresas, há tempos, já se preparam para esta transição que têm de ser planejada e principalmente financiada!

Aqueles que são da minha geração, ou anterior a ela, sabem o quanto custou para nosso país financiar a infraestrutura que temos hoje, quanto custou o financiamento para atingirmos a autossuficiência energética. Quando jovens experimentamos a hiperinflação, e a conformação de que tínhamos uma dívida externa gigantesca que chamávamos de “dívida eterna”, contraída para investir nesta autossuficiência! Conhecíamos e acompanhávamos a visita dos auditores do FMI, e até conhecíamos seus nomes!

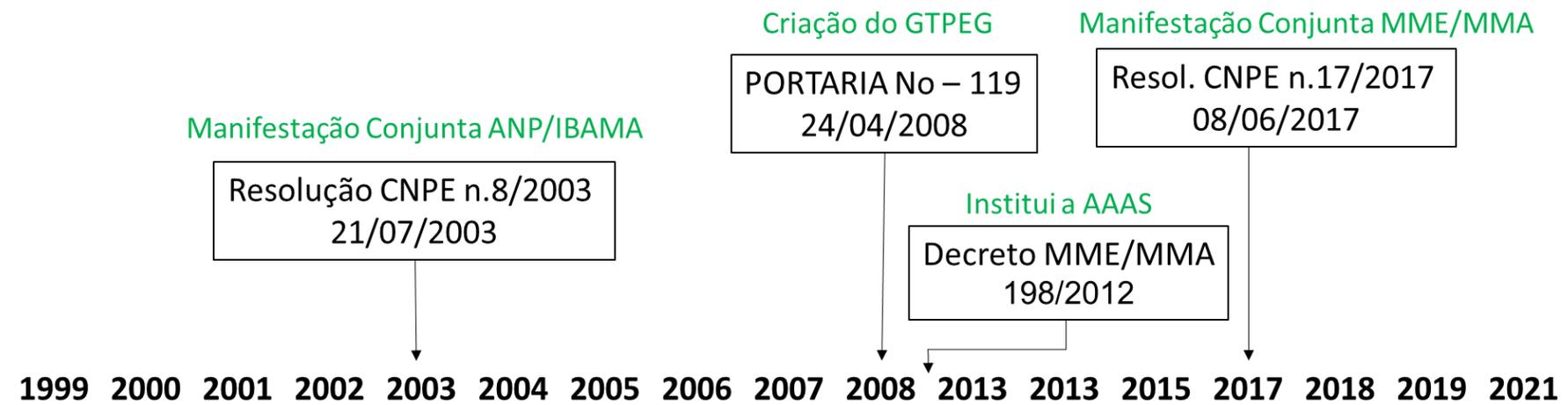
Agora que teremos de fazer a transição, alguém, ou melhor algum país irá nos patrocinar? Teremos que nos endividar novamente? Ou faremos como os países industrializados que continuam a explorar recursos de combustíveis fósseis, nos seus países de origem ou através de empresas transnacionais e revertendo os ganhos em uma matriz energética mais limpa.

Nós sabemos as respostas e alguns legisladores que estão aqui hoje, junto com outros que os antecederam já pensaram nisto e aprovaram a lei **12.114/2009. Não há por que reinventar a roda, devemos fazer valer o arcabouço legal existente e aprimorá-lo, tomando por base trabalhos como este que o TCU já realizou.**

Esta é a contribuição que caberia nestes escassos 15 minutos, mas espero que a aprovação de uma subcomissão permanente para tratar do assunto possa dar continuidade e que possamos em outra oportunidade nos aprofundar neste e outros assuntos importantes que não foram possíveis de se abordar.

Muito obrigado,

João Carlos Corrêa
Diretor da TGS no Brasil



| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
|---|---|---|---|-----------|--|---|---|---|-----------|-----------------|-----------|--|----|----|----|----|
| Aspectos Ambientais não foram considerados durante a seleção dos blocos a serem ofertados | | | | Transição | Decisão Conjunta ANP / IBAMA Baseada em ampla participação de Instituições Tabelas síntese Guias de licenciamento | | | | Terrestre | Tabelas Síntese | Terrestre | GTPEG Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás | | | | |